



CÓD: SL-035JL-22
7908433224655

PM-RN

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

600 questões Gabaritadas



ÍNDICE

Língua Portuguesa	5
Raciocínio Lógico	47
Direito Administrativo	59
Direito Constitucional.....	91
Direito Penal	117
Direito Processual Penal.....	141
Direito Penal Militar e Processual Penal Militar.....	163

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Texto I

Camelô

(Manuel Bandeira)

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:

O que vende balões de cor

O macaquinho que trepa no coqueiro

O cachorrinho que bate com o rabo

Os homenzinhos que jogam box

A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado

E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma

Alegria das calçadas

Uns falam pelos cotovelos:

- “O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço de banana para eu acender o charuto. Naturalmente o menino pensará: papai está malu...”

Outros coitados, têm a língua atada.

Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades.

E ensinam no tumulto das ruas os mitos heroicos da meninice...

E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância.

Assinale a opção em que se erra na justificativa da acentuação das seguintes palavras retiradas do poema de Bandeira:

(A) “camelô” – acentuam-se os oxítonos terminados em “lo”.

(B) “língua” – acentuam-se os paroxítonos terminados em ditongo crescente.

(C) “porém” – acentuam-se os oxítonos terminados em “em”.

(D) “dá” – acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em “a”.

2.(IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

Mães fazem “mamaço” em unidade do Sesc em São Paulo

Por Flávia Martin

Em meio a fotografias de animais selvagens nas paisagens mais remotas e intocadas do mundo, retratados por Sebastião Salgado e expostos em “Genesis”, no Sesc Belenzinho, zona leste, 20 mães faziam algo igualmente primitivo e natural: davam o peito para seus bebês mamarem.

O “mamaço” da manhã de hoje foi organizado depois que a turismóloga Geovana Cleres, 35, foi proibida de amamentar Sofia, 1 ano e quatro meses, naquela unidade do Sesc, na última quarta-feira.

Segundo Geovana, uma funcionária a abordou dizendo que não era permitido dar de mamar no espaço de leitura do Sesc e pediu que ela fosse a sala de amamentação.

Trata-se de um espaço pequeno, com um microondas para esquentar papinhas e mamadeiras e uma poltrona, que, naquele momento, estava ocupada por um pai que dava comida para o filho.

“Fiquei sem entender, mas, apesar do incômodo, tirei a Sofia do peito. Alegaram que outras crianças poderiam ficar olhando e até sentir vontade de mamar”, conta.

Geovana encaminhou a reclamação ao Sesc e desabafou no Facebook. “Gerei um burburinho e encontrei outras mães que já tinham tido esse problema aqui.”

[...]

O Sesc Belenzinho afirmou que a proibição a Geovana foi um erro pontual de uma funcionária. Coordenadores da unidade acompanharam o “mamaço” e pediram desculpas para as mães presentes.

Diponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1372731-maes-fazem-mamaco-em-unidade-do-sesc-em-sao-paulo.shtml>, (Acessado em 17/11/2013)

O vocábulo “mamaço”, utilizado no texto, foi construído por analogia a outros já conhecidos da língua e baseado no seguinte processo de formação de palavras:

- (A) prefixação
- (B) composição por justaposição
- (C) sufixação
- (D) derivação imprópria
- (E) parassíntese

3.(IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Texto I
Camelô

(Manuel Bandeira)

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:

O que vende balões de cor

O macaquinho que trepa no coqueiro

O cachorrinho que bate com o rabo

Os homenzinhos que jogam box

A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado

E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma

Alegria das calçadas

Uns falam pelos cotovelos:

- “O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço de banana para eu acender o charuto. Naturalmente o menino pensará: papai está malu...”

Outros coitados, têm a língua atada.

Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades.

E ensinam no tumulto das ruas os mitos heroicos da meninice...

E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância.

A flexão dos substantivos compostos exige do falante observação do comportamento morfológico das palavras primitivas. Desse modo, a flexão de número do composto “canetinhas-tinteiro” estaria mais bem justificada pelo fato:

- (A) do segundo elemento ser invariável.
- (B) do primeiro elemento estar no diminutivo.
- (C) do segundo elemento delimitar o primeiro.
- (D) do primeiro elemento ser invariável.

4.(IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014)

Eficiência militar

(Historieta Chinesa)

LI-HU ANG-PÔ, vice-rei de Cantão, Império da China, Celeste Império, Império do Meio, nome que lhe vai a calhar, notava que o seu exército provincial não apresentava nem garbo marcial, nem tampouco, nas últimas manobras, tinha demonstrado grandes aptidões guerreiras.

Como toda a gente sabe, o vice-rei da província de Cantão, na China, tem atribuições quase soberanas. Ele governa a província como reino seu que houvesse herdado de seus pais, tendo unicamente por lei a sua vontade.

Convém não esquecer que isto se passou, durante o antigo regime chinês, na vigência do qual, esse vice-rei tinha todos os poderes de monarca absoluto, obrigando-se unicamente a contribuir com um avultado tributo anual, para o Erário do Filho do Céu, que vivia refestelado em Pequim, na misteriosa cidade imperial, invisível para o grosso do seu povo e cercado por dezenas de mulheres e centenas de concubinas. Bem.

Verificado esse estado miserável do seu exército, o vice-rei Li-Huang-Pô começou a meditar nos remédios que devia aplicar para levantar-lhe o moral e tirar de sua

força armada maior rendimento militar. Mandou dobrar a ração de arroz e carne de cachorro, que os soldados venciam. Isto, entretanto, aumentou em muito a despesa feita com a força militar do vice-reinado; e, no intuito de fazer face a esse aumento, ele se lembrou, ou alguém lhe lembrou, o simples alvitre de duplicar os impostos que pagavam os pescadores, os fabricantes de porcelana e os carregadores de adubo humano - tipo dos mais característicos daquela babilônica cidade de Cantão.

Ao fim de alguns meses, ele tratou de verificar os resultados do remédio que havia aplicado nos seus fiéis soldados, a fim de dar-lhes garbo, entusiasmo e vigor marcial.

Determinou que se realizassem manobras gerais, na próxima primavera, por ocasião de florirem as cerejeiras, e elas tivessem lugar na planície de Chu-Wei-Hu - o que quer dizer na nossa língua: “planície dos dias felizes”. As suas ordens foram obedecidas e cerca de cinqüenta mil chineses, soldados das três armas, acamparam em Chu-Wei-Hu, debaixo de barracas de seda. Na China, seda é como metim aqui.

Comandava em chefe esse portentoso exército, o general Fu-Shi-Tô que tinha começado a sua carreira militar como puxador de tîlburi* em Hong-Kong. Fizera-se tão destro nesse mister que o governador inglês o tomara para o seu serviço exclusivo.

Este fato deu-lhe um excepcional prestígio entre os seus patrícios, porque, embora os chineses detestem os estrangeiros, em geral, sobretudo os ingleses, não deixam, entretanto, de ter um respeito temeroso por eles, de sentir o prestígio sobre humano dos “diabos vermelhos”, como os chinas chamam os europeus e os de raça europeia.

Deixando a famulagem do governador britânico de Hong-Kong, Fu-Shi-Tô não podia ter outro cargo, na sua própria pátria, senão o de general no exército do vice-rei de Cantão. E assim foi ele feito, mostrando-se desde logo um inovador, introduzindo melhoramentos na tropa e no material bélico, merecendo por isso ser condecorado, com o dragão imperial de ouro maciço. Foi ele quem substituiu, na força armada cantonesa, os canhões de papelão, pelos do Krupp; e, com isto, ganhou de comissão alguns bilhões de tael* que repartiu com o vice-rei. Os franceses do Canet queriam lhe dar um pouco menos, por isso ele julgou mais perfeitos os canhões do Krupp, em comparação com os do Canet. Entendia, a fundo, de artilharia, o ex-fâmulo do governador de Hong-Kong.

O exército de Li-Huang-Pô estava acampado havia um mês, nas “planícies dos dias felizes”, quando ele se resolveu a ir assistir-lhe as manobras, antes de passar-lhe a revista final.

O vice-rei, acompanhado do seu séquito, do qual fazia parte o seu exímio cabeleireiro Pi-Nu, lá foi para a linda planície, esperando assistir a manobras de um verdadeiro exército germânico. Antegozava isso como uma vítima sua e, também, como constituindo o penhor de sua eternidade no lugar rendoso de quase rei da rica província de Cantão. Com um forte exército à mão, ninguém se atreveria a demiti-lo dele. Foi.

Assistiu às evoluções com curiosidade e atenção. A seu lado, Fu-Shi-Pô explicava os temas e os detalhes do respectivo desenvolvimento, com a abundância e o saber de quem havia estudado Arte da Guerra entre os varais de um cabriolet*.

O vice-rei, porém, não parecia satisfeito. Notava hesitações, falta de élan na tropa, rapidez e exatidão nas evoluções e pouca obediência ao comando em chefe e aos comandados particulares; enfim, pouca eficiência militar naquele exército que devia ser uma ameaça à China inteira, caso quisessem retirá-lo do cômodo e rendoso lugar de vice-rei de Cantão. Comunicou isto ao general, que lhe respondeu:

- É verdade o que Vossa Excelência Reverendíssima, Poderosíssima, Graciosíssima, Altíssima e Celestial diz; mas os defeitos são fáceis de remediar.

- Como? perguntou o vice-rei.

- É simples. O uniforme atual muito se parece com o alemão: mudemo-lo para uma imitação do francês e tudo estará sanado.

Li-Huang-Pô pôs-se a pensar, recordando a sua estadia em Berlim, as festas que os grandes dignatários da corte de Potsdam lhe fizeram, o acolhimento do Kaiser e, sobretudo, os tael que recebeu de sociedade com o seu general Fu-Shi-Pô... Seria uma ingratidão; mas... Pensou ainda um pouco; e, por fim, num repente, disse peremptoriamente:

- Mudemos o uniforme; e já!

(Lima Barreto)

*tael: unidade monetária e de peso da China;

*cabriolet: tipo de carruagem;

*tîlburi: carro de duas rodas e dois assentos comandados por um animal.

*famulagem: grupo de criados

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F, V
- (B) V, V, F, F, F
- (C) F, F, V, V, V
- (D) V, F, F, V, V
- (E) F, V, F, V, F

5.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020 (E MAIS 62 CONCURSOS)

Se A e B simbolizam, respectivamente, as proposições “João recebe uma promoção no emprego” e “João compra um carro novo”, considere a proposição composta $A \rightarrow B$ para analisar as afirmações.

I. A proposição composta $A \rightarrow B$ é falsa se A é falsa e B é falsa.

II. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se B é verdadeira e A é verdadeira.

III. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se A é falsa e B é verdadeira.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a segunda afirmação é verdadeira
- (B) Apenas a terceira afirmação é falsa
- (C) Apenas a segunda afirmação é falsa
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras
- (E) Apenas a primeira afirmação é falsa

6.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020 (E MAIS 62 CONCURSOS)

Analise as sentenças a seguir, verificando quais resultam em valores lógicos verdadeiros e quais resultam em valores lógicos falsos.

Considere que os símbolos \rightarrow e \leftrightarrow representam os operadores lógicos “se...então” e “se e somente se”, respectivamente.

() A probabilidade de se escolher, ao acaso, um número maior que 6 no conjunto $A = \{2,5,8,25,1,12\}$ é de 50%.

() A negação da negação de uma proposição, resulta na própria proposição.

() $(5 - 2 = 2) \rightarrow (5 + 2 = 8)$.

() $(1 - \sqrt{69} > 225 - \sqrt{69}) \leftrightarrow (4 > 3)$.

De acordo com as sentenças apresentadas, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo dos valores lógicos das proposições.

- (A) V, F, F, V
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, V, F
- (D) F, V, V, F
- (E) V, V, F, V

7.(IBFC - ASSISTENTE SOCIAL (IDAM)/2019 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Considere a proposição composta:

“Se o jogador reclama ou o técnico protesta, então o juiz não viu a falta e os auxiliares não puderam ajudar”. As quatro proposições simples que a decompõe são P1: o jogador reclama; P2: o técnico protesta; P3: o juiz não viu a falta; P4: os auxiliares não puderam ajudar.

A proposição composta pode, então, ser representada por: $P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$. Considere a tabela verdade abaixo.

P1	P2	P3	P4	$P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$
V	F	F	V	A
F	V	V	V	B

Assinale a alternativa que lista corretamente os valores assumidos por A e B

- (A) A-V, B-V
- (B) A-F, B-V
- (C) A-V, B-F
- (D) A-F, B-F

8.(IBFC - TÉCNICO DE INFORMÁTICA (CM ARARAQUARA)/2018 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considere a seguinte proposição, P: “O político foi incapaz de resolver os problemas anteriores e não conseguiu ser inovador nas soluções para os novos problemas”

Verifica-se:

I. A proposição “O político foi incapaz de resolver os problemas anteriores” é verdadeira.

II. A proposição “O político não conseguiu ser inovador nas soluções para os novos problemas” é falsa.

Assinale a alternativa que apresenta a conclusão correta sobre a proposição P a partir das condições dadas acima.

- (A) Então a proposição P será falsa
- (B) Então a proposição P será verdadeira
- (C) Então a proposição P será incompleta
- (D) Então a proposição P será uma indução
- (E) Então a proposição P será uma dedução

9.(IBFC - ANALISTA (CM ARARAQUARA)/CONTROLE INTERNO/2018 (E MAIS 1 CONCURSO)

Duas proposições A e B são utilizadas para compor uma nova. Na proposição composta temos a negação de B e empregamos a condição “ou” (disjunção inclusiva) para estabelecer a relação entre B e A.

Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A:V, B:V
- () A:F, B:V
- () A:F, B:F

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F; F; F
- (B) F; F; V
- (C) F; V; V
- (D) V; F; V
- (E) V; V; F

10.(IBFC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO (AGERBA)/2017)

Na tabela verdade abaixo, R representa o valor lógico da operação P condicional Q (Se P, então Q), em que P e Q são proposições e V(verdade) e F(falso). Nessas condições, o resultado na coluna R deve ser, de cima para baixo, respectivamente:

P	Q	R
F	F	
F	V	
V	F	
V	V	

- (A) FFFV
- (B) FVVV
- (C) VFFV
- (D) VVFF
- (E) FVVF

11.(IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Na seguinte proposição condicional a seguir, o consequente não foi explicitado:

Se 3 é um número ímpar, então _____.

Essa proposição será falsa quando o consequente é dado por:

- (A) $1 + 2$ é ímpar
- (B) O conjunto vazio está contido em qualquer conjunto não-vazio
- (C) Se A e B são conjuntos disjuntos, então A interseção B é o conjunto vazio
- (D) $3 - 1$ é um número par
- (E) Se o conjunto A está contido no conjunto B, então $B - A$ é o conjunto vazio

12.(IBFC - MÉDICO (EBSERH-HUGG)/ACUPUNTURA/2017 (E MAIS 88 CONCURSOS)

Sabe-se que p, q e r são proposições compostas e o valor lógico das proposições p e q são falsos. Nessas condições, o valor lógico da proposição r na proposição composta $\{[q \rightarrow (q \rightarrow p)] \rightarrow r\}$ cujo valor lógico é verdade, é:

- (A) falso
- (B) inconclusivo
- (C) verdade e falso
- (D) depende do valor lógico de p
- (E) verdade

13.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH-HUAP)/2016 (E MAIS 59 CONCURSOS)

A conjunção entre duas proposições compostas é verdadeira se:

- (A) os valores lógicos de ambas as proposições forem falsos
- (B) se o valor lógico de somente uma das proposições for verdade
- (C) se ambas as proposições tiverem valores lógicos verdadeiros
- (D) se o valor lógico de somente uma das proposições for falso
- (E) se o valor lógico da primeira proposição for verdade e o valor lógico da segunda proposição for falso.

14.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH HU-FURG)/2016 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Se o valor lógico de uma proposição p é verdade e o valor lógico de uma proposição q é falso, então é correto afirmar que o valor lógico de:

- (A) p conjunção q é verdade.
- (B) p disjunção q é falso.
- (C) p condicional q é falso.
- (D) p bicondicional q é verdade.
- (E) q condicional p é falso.

15.(IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Ana fez a seguinte afirmação: "Algum formando não foi à formatura, mas todos os professores foram".

A afirmação que Ana fez é falsa se, e somente se, for verdadeira a seguinte afirmação:

- (A) Todos os formandos foram à formatura, mas algum professor não foi
- (B) Algum formando foi à formatura, ou todos os professores não foram
- (C) Todos os formandos foram à formatura, ou algum professor não foi
- (D) Todos os formandos foram à formatura, e algum professor não foi
- (E) Todos os formandos foram à formatura, ou algum professor foi

(C) A Constituição Federal brasileira é promulgada, escrita e rígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias irredutíveis, chamadas de cláusulas pétreas.

(D) A Constituição Federal é outorgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.

(E) A Constituição Federal é promulgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.

6. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo, A Constituição Federal é a organização sistemática dos elementos constitutivos do Estado. Segundo o mesmo autor, a tarefa de classificar as Constituições pode levar a diferentes caminhos, dependendo do corte escolhido para a separação dos conceitos. Mesmo assim, existem certos critérios especialmente úteis ao estudo das Constituições.

Diante disso, assinale a alternativa **correta**.

(A) A Constituição se apresenta como rígida ou flexível porquanto, no primeiro caso, contenha um núcleo imutável, constituído pelas chamadas cláusulas pétreas e, no último, por normas que sejam passíveis de alterações por um processo legislativo mais complexo e solene que o reservado à lei infraconstitucional ordinária.

(B) Considera-se uma Constituição Costumeira aquela formada, exclusivamente, por costumes e outras normas não escritas.

(C) Uma Constituição semi-rígida é aquela que permite a alteração de parte do seu texto por processo legislativo ordinário, reservando ao restante de suas disposições, uma proteção de imutabilidade.

(D) A Constituição será promulgada se resultar de um processo político democrático, através do qual, o Poder Constituinte é exercido por uma Assembleia formada pelo voto popular com o conhecimento prévio dessa incumbência.

7. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Considerando a relação da Constituição Federal com as demais normas, estas últimas, necessariamente, de natureza diversa, analise as afirmações abaixo e responda em seguida.

I. A supremacia da Constituição Federal é consequência de uma característica presente em diplomas como o brasileiro e que a doutrina caracteriza como rigidez constitucional.

II. Considera-se a ordem jurídica, sob o aspecto da supremacia constitucional, a partir da existência de mecanismos aferidores da validade de normas resultantes do exercício corriqueiro do poder de legislar através de leis ordinárias, condicionando a eficácia dessas normas à inexistência de conflito com o texto da Constituição.

III. Uma lei ordinária conserva sua validade diante de uma nova Constituição, desde que esta tenha sido garantida pelo texto constitucional anterior. Nesse sentido, cabe ao legislador ordinário tratar por lei da mesma espécie a disposição que passe a conflitar como a nova ordem.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Apenas II está correta.

8. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

O exercício do Poder Constituinte cria e reforma a Constituição Federal. Tais tarefas, contudo, não são exercidas pelos mesmos órgãos e assim, é recomendável uma delimitação das características de cada uma delas. A esse respeito assinale a alternativa **correta**.

(A) A existência de limitações ao Poder reformador da Constituição não é característica do ordenamento jurídico brasileiro, visto ser de absoluta liberdade a aptidão do Congresso Nacional para editar Emendas Constitucionais.

(B) Os limites objetivos impostos ao Poder Constituinte Derivado se resumem às determinações de momentos em que a reforma do texto constitucional se torna impossível.

(C) O Poder Constituinte Originário é autônomo, ilimitado, incondicionado, exceto por suas próprias disposições.

(D) A existência das chamadas cláusulas pétreas impõem limites de ordem circunstancial ao Poder Constituinte Derivado à medida que suas previsões podem ser ampliadas por Emendas.

9. IBFC - Oficial de Cartório (PC RJ)/2013

Segundo classificação doutrinária, o poder que permite que um Estado-Membro estruture a sua própria Constituição é denominado:

- (A) Poder Constituinte originário estadual.
- (B) Poder Constituinte derivado decorrente.
- (C) Poder Constituinte derivado reformador.
- (D) Poder Constituinte derivado revisor.
- (E) Poder Constituinte difuso.

10. IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

A Constituição Federal de 1988 elenca os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta um desses objetivos fundamentais.

- (A) Conceder asilo político
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional
- (C) Assegurar a defesa da paz
- (D) Estabelecer cooperação entre os povos para o progresso da humanidade

11. IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Todos os enunciados abaixo correspondem a fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal, **exceto**:

- (A) A Soberania.
- (B) A Cidadania.
- (C) A Dignidade da pessoa humana.
- (D) A Prevalência dos direitos humanos.
- (E) O Pluralismo político.

12. IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014

Todos os enunciados abaixo correspondem a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Carta Política, **exceto**:

- (A) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

13. IBFC - AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL (PCIE PR)/AUXILIAR DE PERÍCIA/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considerando as normas da Constituição Federal sobre as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata
- (B) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação limitada
- (C) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais não têm aplicação até a publicação de decretos federais
- (D) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação diferida até a aprovação de leis complementares
- (E) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação diferida até a aprovação de leis ordinárias

14. IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2018

Os direitos fundamentais e sua evolução ao longo da história podem ser divididos em gerações ou dimensões. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Primeira geração ou dimensão esta ligada às liberdades negativas clássicas, que enfatizam o princípio da liberdade, configurando os direitos civis e políticos. Surgiram nos finais do século XI e representavam uma resposta do Estado liberal ao Absolutista
- (B) A Revolução Industrial foi o grande marco dos direitos de segunda geração, que se relacionam com as liberdades positivas, reais ou concretas, assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano
- (C) Os princípios da solidariedade ou fraternidade, são características dos direitos de terceira geração ou dimensão sendo atribuídos as formações sociais, que protegem os interesses de titularidade coletiva ou difusa, não se destinando especificamente à proteção dos interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, mostrando uma grande preocupação com as gerações humanas, presentes e futuras
- (D) Os direitos fundamentais de quarta geração ou dimensão são decorrentes da evolução da engenharia genética, relacionados à manipulação do patrimônio genético, processo que pode colocar em risco a existência humana
- (E) Alguns doutrinadores consideram à evolução da cibernética e de tecnologias tais como, realidade virtual e a internet, direitos de quinta geração ou dimensão

15. IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2018

A Constituição Federal do Brasil estabelece no Art.5º - Dos Direitos Fundamentais que:

- I. É assegurado aos presos o _____ à integridade física e moral.
- II. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de _____.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) direito, alimentação
- (B) respeito, amamentação
- (C) direito, amamentação
- (D) preço, alimentação
- (E) respeito, alimentação

5. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Em relação ao dolo o Código Penal adota as teorias:

- (A) Da vontade e do assentimento.
- (B) Da vontade e da cognição.
- (C) Da representação e do assentimento.
- (D) Da probabilidade e da cognição.

6. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Analise os itens abaixo sobre a teoria do erro.

I. O erro de tipo essencial incide sobre elementar do tipo quando a falsa percepção de realidade faz com que o agente desconheça a natureza criminosa do fato.

II. O erro sobre objeto é irrelevante para o Direito Penal, já que o agente, mesmo quando realiza a conduta que recai sobre coisa alheia, responderá criminalmente pelo crime cometido nos limites do tipo penal.

III. O *aberratio ictus* é modalidade de erro acidental que não exclui a tipicidade, sopesando ao agente uma responsabilização em âmbito penal.

IV. O *aberratio criminis* é o desvio na execução do delito e recai sobre o objeto jurídico do crime, sendo que sua verificação não exclui a tipicidade.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas I e III estão corretos
- (B) Apenas II e IV estão corretos
- (C) Apenas II e III estão incorretos
- (D) Apenas III e IV estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão corretos

7. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

A teoria do erro detém grande importância para avaliação da responsabilidade penal de indivíduo acusado do cometimento de delito.

Sobre o erro de tipo, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Erro de tipo é equívoco de representação, ou seja, o agente atinge terceiro achando tratar-se de pessoa que visava atingir com sua conduta ilícita
- (B) Conhecido como “*aberratio ictus*”, o erro de tipo se vislumbra quando do momento da execução do delito terceiro é atingido sem que o agente tenha vontade de o fazê-lo
- (C) O erro de tipo é uma modalidade de erro que, quando verificada, não exclui o dolo, cabendo ao julgador verificar a ocorrência de engano durante a execução do delito e aplicar-lhe pena mais branda
- (D) Erro verificável quando o agente criminoso supõe que sua conduta recai sobre determinada coisa e na realidade recai sobre outra
- (E) Trata-se de erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, excluindo o elemento subjetivo e permitindo uma condenação por ato culposo, quando previsto em lei penal

8. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Os itens abaixo dizem respeito à figura da tentativa em Direito Penal.

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Tentativa branca é aquela que ocorre quando o agente, embora tendo empregado os meios ao seu alcance, não consegue atingir a coisa ou a pessoa.

II. Constitui-se como sendo o único elemento constituidor da tentativa a interrupção da execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.

III. Nos crimes preterdelitos não se admite a tentativa.

IV. A pena por crimes tentados é a mesma do consumado, mas diminuída em $\frac{1}{4}$ (um quarto).

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas I e II estão corretos
- (B) Apenas II e IV estão corretos
- (C) Apenas I e III estão corretos
- (D) Apenas II e III estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão incorretos

9. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Assinale a alternativa que **não** contempla uma das excludentes de antijuridicidade dispostas no Código Penal Brasileiro:

- (A) Realização de ato após coação moral irresistível
- (B) Exercício regular de uma aptidão abarcada pelo Direito
- (C) Imposição legal de um comportamento ao agente
- (D) Ato de afastamento da situação de perigo para salvar um bem jurídico próprio ou de terceiro
- (E) Utilização moderada de meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente

10. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

São isentos de pena os agentes que detém determinadas condições especiais ou que realizam o fato tido como crime em situações extraordinárias. Sobre o tema, assinale a alternativa que **não** contempla uma causa excludente de culpabilidade.

- (A) Legítima defesa
- (B) Doença mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato
- (C) Desenvolvimento mental incompleto que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato
- (D) Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior
- (E) Retardamento mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

11. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

(A) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

(C) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.

(D) A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal.

12. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Quanto à isenção de pena, assinale a alternativa incorreta:

(A) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

(B) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena.

(C) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um a dois terços.

(D) O desconhecimento da lei é inescusável.

13. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

O exercício do poder de punir em matéria penal pelo Estado possui um prazo determinado em lei. Na inércia do ente público em aplicar a devida reprimenda observar-se-á o instituto da prescrição, uma das causas extintivas da punibilidade disposta no Código Penal.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta sobre a prescrição:

(A) O oferecimento de denúncia ou queixa interrompe a contagem do prazo prescricional

(B) Caso haja a expedição de carta precatória e/ou rogatória, não será suspenso o prazo prescricional

(C) Prescreve em 25 anos a pretensão de processamento de crimes cuja pena é superior a oito anos

(D) O crime de racismo é imprescritível

(E) A prescrição, mesmo depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória para a acusação, regula-se pela maior pena em abstrato prevista

14. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Em relação ao crime de apropriação indébita previdenciária (art.168-A do Código Penal), assinale a alternativa incorreta:

(A) É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

(B) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes da sentença, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.

(C) Incorre nas mesmas penas quem deixar de recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público.

(D) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

15. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Em relação às Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em matéria penal, assinale a incorreta:

(A) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

(B) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, mesmo após o recebimento da Denúncia, obsta o prosseguimento da ação penal.

(C) Não se admite a continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

(D) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

5. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) A respeito da suspensão do processo e das condições impostas no período de prova ao acusado, previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- (A) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz marcará audiência com o réu para analisar se é o caso de extinguir a punibilidade.
- (B) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- (C) A prescrição será interrompida durante o prazo de suspensão do processo.
- (D) O Juiz não poderá especificar outras condições que a fica subordinada a suspensão além daquelas previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95.
- (E) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

6. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) No que se refere à prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um crime em que é autorizada a referida medida:

- (A) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).
- (B) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, do Código Penal).
- (C) Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285, do Código Penal).
- (D) Genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas.
- (E) Crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

7. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) A respeito do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- (B) Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que man-

terá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

(C) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(D) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, não se estendendo tal incumbência aos peritos não oficiais.

(E) O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

8. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Acerca das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, analise as assertivas abaixo:

I. Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

II. Será admitida a prisão preventiva se o agente for reincidente por outro crime doloso.

III. Será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

IV. Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

9. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, deverá adotar algumas providências. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

(B) A autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

(C) A autoridade policial deverá averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

(D) A autoridade policial deverá ordenar a identificação criminal do indiciado pelo processo dactiloscópico, independentemente de ele possuir documento de identificação civil.

(E) A autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

10. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) No crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, previsto no artigo 2º da Lei nº 12.850/2013, são circunstâncias que aumentam a pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), exceto:

(A) A participação de criança ou adolescente.

(B) O concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.

(C) O produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao financiamento de campanha eleitoral.

(D) A organização criminosa que mantiver conexão com outras organizações criminosas independentes.

(E) As circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

11. (PC-RJ – PERITO CRIMINAL – IBFC – 2013) De acordo com a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, é correto afirmar que para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo:

(A) até três dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

(B) no dia anterior à audiência, independentemente de intimação das partes.

(C) até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

(D) até sete dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

(E) até quatro dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

12. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013) Sobre a investigação e os meios de produção de provas previstos na Lei n. 12.850/2013 - “Lei de Combate às Organizações Criminosas”, aponte a afirmativa incorreta:

(A) A ação controlada constitui-se na possibilidade de atuação de agentes policiais, militares ou administrativos na estrutura de organização criminosa, como forma de possibilitar a identificação detalhada das atividades ilícitas e seus autores.

(B) O delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, poderá representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao integrante de organização criminosa que tenha prestado colaboração relevante para o desfecho exitoso da investigação criminal.

(C) O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra membro da organização criminosa que tenha colaborado de forma efetiva com a investigação, desde que este tenha sido o primeiro a prestar auxílio eficaz e não seja o líder do grupo.

(D) A infiltração de agentes policiais em organização criminosa, requerida pelo Ministério Público durante o trâmite do inquérito policial, poderá ser autorizada judicialmente após manifestação técnica do delegado de polícia.

(E) O delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas de telefonia, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

13. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013) No que se refere à prisão temporária (Lei n. 7.960/1989) é correto afirmar que:

(A) Findo o prazo de custódia temporária do investigado o delegado de polícia deverá comunicar o fato à autoridade judiciária, para que esta expeça o respectivo alvará de soltura e coloque o preso em liberdade.

(B) Em se tratando do crime de tráfico de entorpecentes e drogas afins, a prisão temporária poderá ser prorrogada por até noventa dias, prazo este previsto para conclusão do inquérito policial na lei de tóxicos.

(C) O suspeito poderá ser mantido em cárcere durante o tempo necessário para a apreciação judicial da representação pela decretação da prisão temporária, sendo a custódia cautelar formalizada após a expedição do respectivo mandado.

(D) O preso temporário poderá permanecer custodiado na carceragem da Delegacia de Polícia, como forma de viabilizar a realização das investigações, mas não poderá permanecer em cela ocupada por outras espécies de presos.

(E) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia, pelo promotor de justiça ou decretada de ofício pelo juiz, nos casos de compra da imprescindibilidade da custódia provisória para as investigações em inquérito policial.